



Ata Nº 17

Quadriénio 2017/2021

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no salão nobre do edifício sede da Junta de Freguesia, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a reunião ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

Após cumprimentar todos os presentes, o Presidente da Mesa informou que o microfone vai ser levado a cada interveniente pela funcionária da Junta Natália Ferreira, que o segurará para que não haja contactos físicos entre os membros da assembleia.

O Presidente da Assembleia informou que o senhor Vítor Boiça foi substituído pela senhora Guiomar Marques.

De seguida, o senhor Presidente da Mesa colocou a ata n.º 16, de vinte e nove de maio de 2020, a votação, tendo sido aprovada por oito votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Renato Silva, Vítor Tomé, Isabel Veríssimo, Dulcinda Silva e Márcio Marques e uma abstenção do membro Guiomar Marques, que não esteve presente na última reunião.

De seguida, passou-se aos assuntos antes da ordem do dia.

A bancada do Partido Socialista apresentou uma Moção em defesa da continuidade do Colégio Dr. Luís Pereira da Costa, a qual se encontra em anexo a esta ata.

Dulcinda Silva cumprimentou todos os presentes e perguntou qual foi o resultado e o *feedback* da moção apresentada há cerca de um ano pelos mesmos membros da bancada do Partido Socialista, dado que a entristece perceber que há a necessidade de uma nova moção, o que leva a supor que esta assembleia não foi ouvida no ano anterior.

Márcio Marques referiu que é um pouco redutor falar apenas das freguesias de Monte Redondo e Carreira, Coimbrão e Bajouca, porque existem jovens de outras localidades que frequentam o Colégio, o que pode ser um argumento mais forte para se fazer alguma pressão.

O senhor Presidente da Assembleia referiu que, tal como foi dito na altura, só houve um partido que respondeu à Moção, o CDS, que apenas confirmou a sua receção.

Márcio Marques sugeriu que houvesse um envolvimento político por parte de alguns membros da assembleia que pertencem ao Partido Socialista e alguns também ao Partido Social Democrata, no sentido de sensibilizarem os deputados dos seus partidos.

A senhora Presidente do Executivo explicou que a Junta de Freguesia e a própria Presidente, enquanto militante, não tem feito outra coisa senão alertar para este problema, não só quando saem os avisos de abertura, mas antes e inclusive na própria assembleia municipal, na qual fez um apelo aos deputados para que junto dos seus partidos também exercessem alguma pressão e sensibilização. Teve lugar uma reunião em fevereiro, entre a Junta de Freguesia, o diretor do Colégio e a Câmara



Municipal, na qual ficou o compromisso de se fazer um documento com factos concretos e quais os danos colaterais que a diminuição de turmas pode trazer e nessa reunião ficou um compromisso de articulação entre o próprio Colégio e a Vereadora da Educação, para fazer chegar o assunto ao Governo. A Câmara Municipal tem feito uma defesa grande relativamente ao Ensino Profissional, porque considera e acredita que pode ser uma mais-valia. Importa esclarecer que a rede é feita com base nos números que a DGEST apresenta, considerando a capacidade da escola pública, relativamente ao número de alunos. No dia 12 de março, houve uma reunião com a vereadora da educação com o chefe de divisão da educação, na qual apresentou todos os argumentos e referiu a importância social, porque o argumentário tem de ser de coesão territorial e referir a importância social que o Colégio tem que não pode ser numérica. A Escola Básica e Secundária da Carreira tem capacidade para 31 turmas e tem 24. Perante estes números, é difícil, porque não há alunos. Infelizmente, o problema da natalidade é um fator prejudicial. Quando saiu o aviso, a Presidente do Executivo falou com deputados da assembleia e no presente dia conversou com a chefe de gabinete da secretária de estado, tendo voltado a insistir na importância social e no facto de estarmos numa altura em que o desemprego já vai aumentar pela questão do COVID, referindo que o governo estava a agravar o problema. A Dra. Céline Gaspar considerou que a Chefe de Gabinete ficou sensibilizada com a situação e, politicamente, os argumentos são válidos. Só que esta questão, desde a grande polémica que surgiu com os Colégios com Contrato de Associação, tem um escrutínio judicial muito apertado e a DGEST não alterou o seu parecer, apesar de ter sido feita uma reavaliação durante a tarde, de que a escola pública tem as condições para receber as turmas. Não havendo essa alteração de quem tem os números, a secretária de estado não aceitou fazer uma retificação ao aviso. A senhora presidente reiterou a ideia de que fez tudo o que estava ao seu alcance, mas não foi possível reverter a situação para este ano. O Colégio e o Executivo pediram uma reunião com a secretária de estado, antes do COVID, mas responderam que a questão da rede ainda não estava em cima da mesa. Depois a questão do COVID limitou qualquer insistência numa reunião, até em termos de proximidade de data, e as decisões foram todas tomadas à porta fechada e sem discussão. O facto de usualmente existir a reunião de rede em que estão todos os diretores abre portas a uma sensibilidade que pessoalmente se consegue detetar e conseguir-se-ia perceber qual a previsão e lutar pela sua não concretização. Aberto o aviso, lançados os números, não havendo retificação nem parecer diferente da DGEST, mesmo com este pedido de reavaliação que foi feito na presente tarde, a senhora Presidente recebeu a informação de que não vão fazer a alteração ao aviso para este ano. Ficou a promessa de nos receberem durante o próximo ano para tentarmos chegar a um entendimento acerca da atribuição das turmas.

Dulcinda Silva referiu que a Moção que irá ser votada já não terá qualquer efeito, a não ser mais um marco a pedir que o Colégio fique aberto, o que entristece. Perguntou se não se poderiam usar outros argumentos como a redução de alunos por turma por causa do COVID – 19.



A senhora Presidente explicou que todos os argumentos foram apresentados, nomeadamente a questão do COVID, tendo sido das primeiras a alertar para o assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal, que falou diretamente com a Secretária de Estado. No entanto, a questão da diminuição de alunos por turma por causa do COVID é uma teoria que dificilmente será colocada em prática. A questão social poderá ter sido a que mais sensibilizou a Chefe de Gabinete e a Secretária de Estado, do ponto de vista quer da Presidente da Junta quer do Presidente da Câmara. Esta situação poderia ter sido revertida se a Direção Regional tivesse feito uma reavaliação favorável a estes argumentos políticos. Relativamente à Moção, apresentada pelos membros do Partido Socialista, a senhora Presidente referiu que, na sua perspetiva, não se devem baixar os braços e deve continuar a lutar-se com a mesma força, pelo que na Assembleia Municipal do dia 28 de junho, irá voltar a falar do assunto, apesar de saber que os números não são favoráveis, mas os fatores têm de ser todos tidos em consideração. Entristece-a o facto de as pessoas serem números, reflexo da sociedade, mas não irá desistir e gostaria de poder contar com os membros da assembleia para continuar essa luta, porque é para o interesse da freguesia e de todo o norte do concelho.

Márcio Marques disse que a situação é muito grave e que não se devem baixar os braços e tentar fazer uma petição, visto que também se podem apresentar números, que constituem votos e tem sempre um peso um pouco diferente. Sugeriu que a Junta de Freguesia tomasse essa iniciativa junto da população.

A Moção em defesa da continuidade do Colégio Dr. Luís Pereira da Costa foi aprovada por unanimidade, com uma declaração de voto do senhor Vítor Tomé: «Apesar de ser a favor do ensino público e gratuito, votei a favor desta moção por uma questão de ética.»

A bancada do Partido Social Democrata apresentou uma Proposta de construção de circuito pedonal e clicável entre o Parque da Aroeira, Sismaria, Salinas da Junqueira, Carreira e Pista de Pesca Vale do Lis, a qual se encontra anexa a esta ata.

Renato Silva, após cumprimentar todos os presentes, referiu que a proposta apresentada vai ao encontro daquilo que os membros do PS já analisaram e falaram com a Junta de Freguesia. Do ponto de vista da proposta em si, considera que é bem-vinda; no entanto, em relação ao traçado, seria mais pertinente ser junto à margem do rio da Aroeira, como já havia sido falado com o executivo, que vai ter a requalificação e o custo seria menos oneroso, porque seria uma intervenção em terra batida e com algumas melhorias do ponto de vista do pavimento. Para além disso, considera que é uma proposta interessante, embora possa haver alguns pontos com os quais discorde.

A senhora presidente, Céline Gaspar, disse que, da parte do executivo, tem estado a ser desenvolvido o projeto relativo à Rua da Junqueira e à Rua do Rio Lis, estando considerada a existência de área pedonal, na Rua da Junqueira, na própria estrada com o devido alargamento, e na Rua do Rio Lis, na mota do rio. No que concerne à própria ligação, o executivo está em negociação com a Câmara Municipal, estando a aguardar resposta final da Infraestruturas de Portugal, para que se faça a ligação



da zona da Junqueira com a mota do rio. Essa avaliação está a ser feita, mas todos os contributos para melhorar são bem-vindos e o executivo está sempre recetivo e disponível, pelo que o executivo aceita a recomendação, apesar de esta poder ser votada pela assembleia.

Dulcinda Silva disse que, relativamente ao percurso, a passagem pelo rio é agradável, bonita e também foi uma das questões que o grupo do PSD analisou. No entanto, há estudos de muitas ciclovias que são feitas e depois são votadas ao abandono, porque não são usadas. Neste caso, pensou-se numa estratégia de utilização local, ou seja, uma ciclovia que serve a população, porque passa lá e podem fazer o trajeto de bicicleta, porque nem têm necessidade de fazer de carro, por uma questão de segurança, mesmo para quem tem crianças, pelo que haveria uma dupla funcionalidade. O sítio também é bonito, agradável, passa nos pontos de interesse da freguesia, independentemente da mota do rio também ser uma zona muito bonita e agradável. Apela a uma utilização frequente da via. Não imagina as pessoas que gostam de andar a pé à noite a andar naquela zona, mesmo que iluminada. Poderá haver um certo receio de passar por aí, enquanto, se for no meio das localidades, provavelmente, as pessoas usufruirão muito mais.

Márcio Marques referiu que os membros do PSD mediram a distância dos dois percursos e é sensivelmente a mesma. Poder-se-á dividir a construção da ciclovia por fases, começando por um espaço ao lado da estrada em pó de pedra, por exemplo, e, no futuro, pode ser asfaltado.

Céline Gaspar referiu que, em relação à Rua da Junqueira, é efetivamente na estrada, com asfaltamento e pintura, numa situação que será partilhada entre ciclovia e circuito pedonal. O intuito do projeto seria depois fazer-se a continuidade pela Rua do Campo até à Aroeira. Dentro das localidades, há que ter em consideração a quantidade de muros que é preciso demolir, entre outras coisas. A viabilidade de se fazer este investimento junto aos campos ou ao rio é muito mais facilitadora do que dentro das localidades. Mas o projeto está em aberto e pode sempre sofrer alterações. Como se vai fazer um investimento na Rua da Junqueira, que é urgente, e na Rua do rio Lis, esta seria a situação que estaria em cima da mesa no imediato.

A Proposta de construção de circuito pedonal e clicável entre o Parque da Aroeira, Sismaria, Salinas da Junqueira, Carreira e Pista de Pesca Vale do Lis foi aprovada por unanimidade.

Dulcinda Silva agradeceu o email recebido no dia anterior relativamente ao esclarecimento sobre o ponto de situação dos parques fotovoltaicos. Perguntou se a reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, referida na assembleia anterior pela senhora presidente do executivo, para que tomasse conhecimento da urgência da questão do Parque Industrial, já se realizou e se há algum desenvolvimento.

Márcio Marques referiu que, no cruzamento junto à passagem de nível, as ervas crescem do lado da REFER, e, quando se vem do Largo da Feira para se cortar para o lado da Praia do Pedrógão, com o sol, torna-se difícil ver, devido às ervas, principalmente em carros mais baixos. Sugeriu que a Junta fizesse um montinho de terra, pôr um plástico e alguma pedra, como está feito do outro lado.



Em relação ao cruzamento na Rua D. Dinis com a Rua da Junqueira, na Sismaria, foi asfaltado, mas não parece estar de acordo com o estudo que tinha sido apresentado à assembleia. Não foi criado o desencontro.

Em relação ao sinal de STOP, solicitou à Junta que limpasse o que escreveram no sinal.

A Rua do Forno também foi alcatroada, passou o nivelador, tem barreiras, e continuou a ficar com as barreiras para o alcatrão em zonas com alguma profundidade, onde não há escoamento de águas, pelo que considera importante serem feitas essas valetas, porque é a diferença entre a durabilidade maior ou menor do trabalho realizado.

A Presidente do Executivo esclareceu que, em relação à zona industrial, a reunião não foi agendada, mas o executivo recebeu a informação de que o interesse público está para despacho, pelo senhor Secretário de Estado, pelo que se presume que em breve sairá o decreto-lei. Irá aguardar até à primeira semana de julho. Quando falou com o Deputado Raul Castro, por causa da questão do Colégio, também referiu essa questão e ele garantiu que deve estar para sair em Diário da República.

Em relação à questão das ervas, quem interveio do outro lado foi a REFER e o executivo irá ver o que é possível fazer para melhorar, mas não pode ser o executivo a intervir diretamente.

Em relação ao cruzamento, está contemplado na obra da Rua da Junqueira e da Rua do Rio Lis, orçamentada em quinhentos mil euros. O alcatrão lá colocado foi provisório, visto que é uma obra de grande dimensão e vai demorar algumas semanas a concretizar-se.

Em relação à Rua do Forno, o executivo vai avaliar a questão, mas a sua pavimentação não estava prevista, foi a pedido do executivo que o empreiteiro assumiu alcatroar, para não estragar alcatrão.

Em relação à questão dos sinais, houve vários sinais que foram vandalizados com coisas escritas, foram identificados e o executivo pediu a sua substituição. Irá verificar o sinal de STOP referido pelo senhor Márcio Marques e solicitar a sua substituição, visto que só a Câmara pode colocar os sinais.

De seguida, o senhor Presidente da Mesa deu início à ordem de trabalhos:

No que concerne ao **Ponto 1. Relatório da Presidente da Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e situação financeira - Apreciação nos termos da alínea e) do nr. 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nr. 75/2013, de 12 de setembro**, Dulcinda Silva realçou a transparência com que os apoios às associações são apresentados, contudo, e por causa disso, não viu o valor do alcatroamento do parque de estacionamento da Associação da Sismaria, pelo que gostaria de saber qual foi esse valor. Relativamente ao Motor Clube, está referida uma reunião e gostaria de saber como está a situação e o que se pode fazer em termos de apoios e políticos para a conclusão da obra.

A senhora presidente do executivo explicou que o auto de medição relativo ao alcatroamento do parque da associação da Sismaria ainda não está finalizado, daí não aparecer o valor. Ainda não está faturado e está só a adjudicação feita. Só se publica no fim de pago, pelo que surgirá no próximo relatório.



Em relação à reunião com o Motor Clube, para fazer o ponto de situação de algumas questões, como as dificuldades financeiras que estão a sentir, também devido à situação atual. No entanto, o Motor Clube já recebeu um apoio significativo da parte da Câmara Municipal, pelo que o executivo está a preparar um contrato-programa, para dar apoio à obra, mas é preciso fazer uma análise, porque, legalmente, a Junta não pode dar o mesmo apoio que a Câmara. Não pode haver dois apoios públicos para a mesma fatura.

Para além disso, o Motor Clube informou que pretende começar a pensar numa segunda parte do projeto.

O executivo também solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre o valor da dívida, mas não obteve respostas claras, mas haverá uma Assembleia do Clube no dia 4 de julho e esses números serão públicos, e será importante o executivo e a assembleia de freguesia terem consciência da situação.

No atinente ao **Ponto 2. Autorização para celebração de Contrato de Comodato entre a Fundação Bissaya Barreto e a Junta de Freguesia para entrega de parte de prédio rústico situado junto ao Coletor da Aroeira - Apreciação e votação nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, a senhora Presidente explicou que este documento só veio agora à Assembleia, porque a questão do COVID atrasou o processo e o executivo já tinha a informação da autorização da Fundação Bissaya Barreto, relativamente ao investimento no local, até porque este sempre foi de utilização pública e todas as intervenções foram realizadas pela Junta de Freguesia. Por isso, o executivo considerou importante estar formalizado, para garantia desse investimento e dessas limpezas e utilização do espaço. A Fundação considerou que o executivo tinha toda a razão e daí estar aqui o documento. Era para ser apresentado na última assembleia, no entanto, atrasou-se por causa das reuniões da administração.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

No que concerne ao **Ponto 3. Transferência de competências do Município de Leiria para a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira - apreciação, discussão e votação de acordo com o Decreto-lei nº 57/2019, de 30 de abril - 3.1. Proposta de Acordo de Transferência de Recursos e 3.2 Minuta do Auto de Transferência de Recursos**, a senhora Presidente explicou que este ponto decorre do Decreto-Lei n.º 57/2019, que prevê a transferência de competências, as quais a Junta já cumpre por delegação de competências, como as pequenas reparações nas escolas, a limpeza das vias, mais concretamente, a varredura da estrada, a limpeza dos coletores, entre outros. A capinagem das ervas é competência da Câmara Municipal e está delegada à Junta, com um contrato interadministrativo. O executivo aceitou a proposta, porque tem um aumento significativo relativamente ao acordo de execução atual. A grande diferença está nas pequenas reparações e manutenção das escolas, visto que a Junta recebia cerca de dez mil euros e passa a receber vinte mil. A Feira dos 29 sempre foi gerida pela Junta de Freguesia, mas, no tempo da Dra. Isabel Damasceno, a Feira foi municipalizada, mas nunca foi entregue à Junta oficialmente. Tendo isso em consideração, nem se colocou em causa que a Feira passasse a estar no Município. O senhor



Presidente da Câmara fez uma pequena análise dos custos das várias feiras que tinham a mesma situação que a nossa e optou por dar um financiamento de ajuda para a limpeza, o que o executivo considerou positivo, porque até ao momento nunca tinha recebido nada.

Em relação aos jardins, ao mobiliário urbano e à varredura das ruas, o executivo recebia cerca de 64.959,26 euros. Agora esse valor fica para a varredura e recebe mais 6527,76 euros para a manutenção dos jardins e 5952,56 euros para o mobiliário urbano. Há um aumento que corresponde também aos aumentos dos vencimentos. De salguardar que tudo é passível de modificações anuais, visto que até 30 de junho de cada ano é possível fazer alterações com a aprovação da Câmara e da Assembleia, porque atualmente existem 200 quilómetros de estrada lineares, mas pode ser asfaltada uma nova rua ou ser construído um novo coletor, o que importa despesas e sempre que haja alterações e se chegue a um acordo, é passível de haver melhorias. Até ao momento atual era preciso justificar todas as faturas à Câmara Municipal e neste momento e o executivo que faz a gestão da melhor forma para cumprir as competências, sem se ter de haver tanta burocracia.

O ponto foi aprovado com oito votos a favor dos membros Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Ana Carla Gomes, Isabel Veríssimo, Renato Silva, Vítor Tomé, Márcio Marques e Guiomar Marques e uma abstenção de Dulcinda Silva.

De seguida, foi elaborada uma minuta da sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

(Lino Loureiro)